

Episódio #22 Estatuto da Criança e do Adolescente - 30 anos

Tais: Olá começa agora mais um Just Talk, o Podcast do TJes. E hoje o Estatuto da Criança e do Adolescente completa 30 anos. Promulgado em 1990, ele trouxe muitos avanços na proteção dos direitos da infância e da juventude. Por outro lado, a cada dia as famílias, a sociedade e o estado brasileiro enfrentam novos desafios. Durante a pandemia do novo coronavírus, por exemplo, muitos crianças tiveram seus direitos violados. Eu sou Tais Valle e Quem explica o assunto é a coordenadora da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça, juíza Patrícia Neves.

[vinheta]

Tais: Bem vinda Dra. Patrícia! Quais os principais avanços que o Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe para a sociedade?

Patrícia: Os avanços desde a sua promulgação, em 1990, até agora, estamos comemorando hoje 30 anos de Estatuto da Criança e do Adolescente, são inúmeros. Como qualquer lei nova e muito progressista, traz críticas, traz muita defesa. Para alguns é uma lei para proteger “bandidos”, para outros, como nós operadores de direito e juízes da Infância e da Juventude, o Estatuto é uma legislação realmente de proteção integral da Criança e do Adolescente.

Mas, como toda legislação nova, que traz um mundo novo em um país tão desigual, com tantos problemas estruturais como o Brasil, você não consegue avançar no intuito daqueles que elaboraram a lei. Ou seja, em 1 ou 2 anos, nós estaríamos no país perfeito para crianças e adolescentes.

A gente tem que fazer toda uma mudança cultural e a mudança cultural não é só no país. É no mundo. Você ouve tanto ainda falar de trabalho infantil, das pessoas dizerem que é melhor estar trabalhando que traficando. Não. É melhor estar na escola, é melhor poder brincar, receber carinho né?

Você ainda ouve falar tanto em pedofilia, você ouviu falar tanto em casamento infantil. Então a mentalidade é que precisa mudar, a cultura precisa mudar. E que as pessoas entendam que crianças e adolescentes não são propriedade de ninguém, nem de sua família nem de outro ser humano. Que são detentores de direitos e precisam de uma vida saudável, uma vida digna para se tornarem bons adultos e bons cidadãos.

Tais: E quais os maiores desafios na aplicação e na manutenção do Estatuto?

Patrícia: Bom, acredito que o principal desafio seja a criação das retaguardas que até hoje não foram criadas, previstas em lei. Então em grande parte do Brasil, na grande maioria dos Municípios, nós não temos conselhos municipais de direitos, com capacitação permanente para elaboração de políticas públicas, nós não temos conselheiros tutelares com capacitação permanente para fazer frente à miríade, à enormidade de problemas que são levados para eles diariamente, além das funções deles, né?

Nós não temos capacitação permanentes para o próprio sistema de Justiça, capacitação para magistrados e servidores que sejam especialistas na área, mas que trabalhem também em varas únicas. Capacitação para o Ministério Público, para a Defensoria, para advogados. Então é muito importante que a gente pense a necessidade, o desafio de nos mantermos sempre atentos. Porque o mundo infanto juvenil muda muito. É local onde surgem todas as novidades.

Hoje, nós lidamos com um mundo informatizado, com o mundo virtual que a minha geração não conhecia. Tudo é um desafio de como lidar, de como entender e como atender adolescentes.

Mas o grande desafio realmente é nós criarmos a consciência de rede de proteção e rede de atendimento. Somos todos partícipes da mesma luta, de levar dignidade para crianças e adolescentes. E o grande desafio é questão da dignidade humana. Seja para

crianças e adolescentes ou para adultos. É a diminuição das violações de direitos, é a diminuição das situações de vulnerabilidade. E, principalmente, nós temos que entender o ser humano como um ser holístico, como um ser único.

É darmos cumprimento efetivamente à lei de promoção da primeira infância. Se nós cuidarmos daquele bebê, desde feto, se nós cuidarmos da mãe, se nós ensinarmos a alimentação correta, o convívio correto, o toque correto, o criar correto. Se nós ensinarmos como aquela criança deve ser ouvida por sua família, e não importa o nível econômico da família, basta que se tenha amor por aquele filho, nós teremos uma sociedade futuramente com menos problemas cognitivos, emocionais, mentais.

Então é muito importante, o desafio agora é que a gente realmente priorize a criança e o adolescente como prevê o artigo 227 da Constituição Federal, em todas as suas políticas públicas, em todos os poderes em todas as instituições, mas principalmente é muito importante que nós entendamos como a primeira infância é essencial para formarmos uma sociedade melhor.

O que não vai acontecer agora, mas vai acontecer daqui a 5 anos com crianças com menos problemas entrando na educação infantil ou no ensino fundamental, com mais capacidade de aprendizagem. Crianças que não sejam desnutridas, crianças que se sintam amadas por sua família, pelo seu meio social.

O desafio é continuar considerando que aqueles seres humanos são seres humanos que merecem a nossa atenção por sua fragilidade e formação de personalidade.

Tais: E nesse sentido o Marco Legal da Primeira Infância, promulgado em 2016, veio pra complementar?

Patrícia: O Marco Legal da Primeira Infância foi uma construção, quando nós percebemos que o Estatuto sofre várias modificações. A sociedade globalizada, com internet se tornou uma sociedade muito ágil. Então as modificações das relações sociais são muito grandes, sempre.

O Marco da Primeira Infância veio, assim como nós tivemos também a Lei 13.431, que trata de Sistema de Atendimento de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência, que nos obrigou realmente fazer uma rede para amparar aqueles seres humanos que foram confrontados com a dor.

O Marco da Primeira Infância eu considero uma das principais modificações do Estatuto, Veio somar muito ao trabalho que era feito pelos profissionais. Que é exatamente essa necessidade de nós sairmos dos nossos espaços divididos, do mundo do Direito, do mundo da Assistência Social e do Serviço Social, do mundo da Psicologia, do mundo da Medicina, do mundo da Pedagogia, e nós entendermos que nós somos uma rede, uma rede enorme, aí eu citei só algumas situações, em que nós temos que nos unir para dar qualidade de vida aquele ser humano desde a vida fetal. E só dessa forma nós conseguiremos realmente amparar nossas crianças e adolescentes e dar uma vida digna.

Porque é na primeira infância, do zero ao seis anos, que eu digo àquele ser humano qual é o lugar dele no mundo. É quando ele se desenvolve de uma forma amorosa no seio da sua família e da comunidade onde ele vive. É de uma forma saudável biologicamente que ele vai alcançar os resultados que são esperados de qualquer ser humano no futuro em suas vidas, para exercer plenamente a cidadania. E para, no final de tudo, serem aquilo que todos queremos ser, felizes.

Tais: Como é que a Pandemia impactou os direitos da Criança e do Adolescente? Houve muita violação de direitos nesse período?

Patrícia: Em tempos de Pandemia, as desigualdades se tornaram mais óbvias, né? Então a violação de direitos se torna mais evidente. Nós temos crianças e adolescentes que possuem boa conexão com a internet, que podem continuar fazendo seus trabalhos, tendo contato com seus professores. E nós temos aqueles que, mesmo na região metropolitana, não têm acesso à internet, que não puderam dar continuidade aos seus estudos.

Mas a pandemia trouxe para crianças e adolescentes, seres humanos, em formação de personalidade, trouxe muita ansiedade, trouxe muito medo, muita sensação de impotência.

Se a gente imaginar aqui, para nós adultos, de um dia para o outro nossas vidas mudando, e nós estamos nos sentindo assim, imagine as crianças que não conseguem enxergar o mundo ainda psicologicamente, não estão desenvolvidos psicologicamente para entender isso que se abateu sobre elas.

Então a ida à escola deixou de existir, o contato com os professores, o contato com os coleguinhas de escola, o contato com os familiares, o poder andar na rua com os pais. Mas, principalmente, na pandemia o que nos preocupa muito é o fato de que a escola sempre foi o *locus* principal de denúncia de violência contra crianças e adolescentes. É através dos professores que convivem todos os dias com aquelas crianças e adolescentes que nós temos o maior número de denúncias de violência, de violação de direitos, de ideação suicida. E esse canal foi rompido.

Então nós estamos profundamente preocupados, trabalhando muito para tentar, em via remota, chegarmos aos nossos alunos, às nossas crianças e adolescentes. E também cuidarmos das crianças e adolescentes das nossas casas, das nossas famílias, porque se sentem tão desamparadas, tão amedrontadas, como qualquer outra criança adolescente no país e no mundo.

Tais: E você está participando, hoje e amanhã, do Congresso Digital sobre os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, um evento para debater exatamente esses novos desafios pra famílias e pra sociedade. Hoje a senhora falou sobre a capacitação dos Conselhos Tutelares? Como deve ser essa capacitação?

Patrícia: Enquanto juíza de menores que fui e primeira turma de Juízes a implantar o Estatuto da Criança e do Adolescente, as pessoas se esquecem que onde não havia conselheiros tutelares, e em muitos municípios levou muito tempo para que fossem

implantados, muitos anos, o juiz da Infância e da Juventude exercia as funções de conselhos tutelares.

Então, no contato com a sociedade, recebendo as denúncias recebendo as demandas, nós fomos capazes de entender o quanto é grande o que chega ao Conselho Tutelar.

É um grande prazer para mim falar dessa capacitação que tem que ser intersetorial. Quem lida com ser humano tem que entender de psicologia do desenvolvimento, de trauma, de luto. Quem ajuda a elaborar orçamento, sugere ao prefeito, como os conselheiros fazem, tem que entender de gestão pública, de políticas públicas, tem que entender da rede de proteção, da rede de atendimento, do sistema SUS, do sistema de Educação.

Então é muito importante que nós pensemos uma capacitação permanente para esses órgãos tão importantes, que atuam na área da Infância e da Juventude que são essenciais, para que todos os profissionais estejam aptos a fazer frente a toda a demanda de problemas e de necessidades que são apresentados diariamente para o cidadão.

E para mim, enquanto juíza da Infância e da Juventude de primeira de primeira hora, é um prazer enorme estar comemorando os 30 anos do Estatuto, com a consciência de que ele vem sendo modificado dentro das necessidades de modificação normais, quando a sociedade se modifica. Mas sabendo que é uma lei que veio trazer visibilidade a crianças e adolescentes que não tinham visibilidade anteriormente.

Tais: Muito Obrigada doutora Patrícia! E quem quiser acompanhar o Congresso Digital dos 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, é só acessar o Canal do CNJ no youtube.

Até o próximo episódio. Tchau Tchau!